

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério da Previdência Social
Exercício 2011
Ano Base 2010



PLANO PLURIANUAL 2008-2011

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério da Previdência Social
Exercício 2011
Ano Base 2010

Brasília - 2010

ÍNDICE

Apresentação	4
Sumário Executivo.....	5
Principais Resultados.....	6
Educação Previdenciária.....	10
Previdência Social Básica.....	18
Qualidade dos Serviços Previdenciários.....	25
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	30



Apresentação

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborar a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMA) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação dos programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.



Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Sumário Executivo

Em 2010, do total previsto para o(a) Ministério da Previdência Social (MPS), foram utilizados R\$ 267.085.680.187,72 para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 268.53.206.845,00	Empenho Liquidado:	R\$ 266.989.550.523,72
	Pago Estatais:	R\$96.129.664,00
	Total:	R\$ 267.085.680.187,72
Previsto não-orçamentário:	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 13.975.886.973,54** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados **R\$ 13.777.179.728,21**, ou seja, **98,58 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob a responsabilidade do **Ministério da Previdência Social (MPS)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	1079 Educação Previdenciária	2.500.000,00	1.486.983,42	59,48
	0086 Previdência Complementar	6.242.075,00	2.387.042,53	38,24
	0083 Previdência Social Básica	249.164.930.307,00	248.423.156.930,00	99,70
	0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários	320.307.731,00	151.463.696,71	47,29
	1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	17.194.093,00	9.121.070,90	53,05
Total Finalístico		249.511.174.206,00	248.587.615.724,2	99,63
Apoio às políticas Públicas e Áreas Especiais	0087 Gestão da Política de Previdência Social	208.568,00	125.159.966,90	60,01
	0088 Indenizações e Pensão Especiais de Responsabilidade da União	1.374.713.967,00	1.199.686.320,88	87,27
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		1.583.282.826,00	1.324.846.287,78	83,68
Total Geral		251.094.457.032,00	249.912.462.012,01	99,53

(*) Valores Executados (liquidado) em 2010. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.



Principais Resultados

A Previdência Social contribui com a visão de longo prazo do Governo Federal para que o trabalhador e sua família possam obter proteção solidária, inclusiva e sustentável. A Previdência está focada em três objetivos setoriais: implementar uma política previdenciária justa e sustentável; melhorar a qualidade do atendimento e reconhecer direitos e promover a inclusão no sistema. Para cada um desses objetivos foram definidas ações que alavancam os resultados institucionais, são elas: continuidade do processo de inclusão previdenciária; melhoria de atendimento aos cidadãos; sustentabilidade financeira e atuarial; e inversão da lógica de indenização para a lógica de prevenção das doenças e acidentes do trabalho e avanços adicionais no âmbito dos Acordos Internacionais de Previdência, fundamentais para garantir a proteção dos trabalhadores brasileiros em tempos de globalização e aperfeiçoamento do combate às fraudes.

Em relação à implementação de uma política previdenciária justa e sustentável: o controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos tem sido prioridade na agenda política dos governantes brasileiros especialmente em razão do desequilíbrio estrutural que vem causando nas contas públicas. O gasto com a manutenção dos benefícios previdenciários dos servidores públicos vinculados a Regimes Próprios, via de regra, tem significativo peso no orçamento público dos entes federativos, implicando negativamente na sustentabilidade do próprio sistema, além do comprometimento da possibilidade de alocação de recursos para o suprimento de demandas sociais. Foram realizadas 402 auditorias diretas no ano de 2010, para exercer a função de supervisão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no País. Neste ano, foi implementado o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, que atesta o cumprimento das regras de organização e funcionamento dos regimes próprios em cada ente federativo. Outros resultados relevantes em 2010 foram: o Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social (CNIS/RPPS), desenvolvimento da aplicação com previsão de entrada em produção até dezembro de 2010; o Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (SIPREV/Gestão do RPPS), desenvolvimento de aplicação que permite cada ente federativo formar o Cadastro de seus servidores, enviá-los para o CNIS/RPPS e obter relatórios gerenciais decorrentes de cruzamento de dados; e a Aplicação de Extração de Relatórios Gerenciais (INFORME-CNIS/RPPS), além de gerar relatórios gerenciais sobre os dados de cada ente federativo possibilitará que estes tenham informações decorrentes de cruzamento com os dados cadastrais, de benefício, de vínculo e de óbitos do Cadastro do Regime Geral (CNIS/RGPS).

Em relação à qualidade do atendimento: a qualidade do atendimento vem sendo amplamente demandada pela sociedade. A Previdência Social buscou melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade. Dessa forma, as ações desse programa visam promover investimentos que enfoquem, principalmente, tecnologia da informação, melhorias de infraestrutura, reestruturação de processos e



Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

política de desenvolvimento de pessoal, visando dar celeridade aos processos finalísticos para melhorar a qualidade dos serviços prestados nas unidades. Dentre as ações do programa, destacam-se: Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, que contempla o Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e outras obras de modernização, ampliação e reforma das atuais unidades, garantindo mais conforto aos usuários e servidores, assim como a acessibilidade de pessoas com deficiência; Gestão da Melhoria Contínua, que visa promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos-usuários, por meio de atendimento programado, seletivo e resolutivo; e Previdência Eletrônica, que visa fornecer ao usuário prestação de informações e serviços previdenciários por meios eletrônicos, realizados pela Internet e pela Central de Tele atendimento 135, buscando oferecer agilidade e comodidade aos cidadãos-usuários. No Programa de Expansão da Rede de Atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social foi programada a construção de novas agências em municípios de todas as regiões, assim como a recuperação das unidades de atendimento do INSS com obras de reforma e construção de novos prédios para transferir agências que funcionavam em prédios alugados. Em 2010, foram entregues 162 obras, das quais 57 referem-se a novas unidades do PEX, 81 são reformas e adaptações em unidades existentes e 24 construções extra PEX, algumas dessas direcionadas para a substituição de unidades locadas ou cedidas. A execução financeira do programa teve maior representatividade pela ação Previdência Eletrônica.

Em relação ao reconhecimento de direitos e promoção da inclusão no sistema previdenciário: a Previdência buscou garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios aos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social. Em dezembro de 2010, a Previdência Social alcançou 28,1 milhões de benefícios previdenciários emitidos, e foram concedidos 4,3 mil benefícios previdenciários e acidentários. Desse total, 51,84% referentes ao auxílio-doença, 33,93% referentes às aposentadorias e pensões e 14,23% representam outros tipos de benefícios. Por oportuno, é importante esclarecer que os benefícios assistenciais operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social não estão representados nesses percentuais, por integrar outra função governamental. No processo de monitoramento de benefícios em manutenção, dos 107.889 benefícios analisados, 17.155 mostraram-se irregulares e 1.770 foram considerados passíveis de revisão nos procedimentos de concessão ou manutenção do direito. Essas constatações de irregularidade (parciais ou totais) resultaram num total de R\$ 305.732.110,19 a serem devolvidos ao INSS. Em relação às ações ajuizadas contra o INSS, foram realizados cerca de 153.920 acordos no ano de 2010. Foi realizado em março concurso público para peritos médicos, resultando na nomeação de 738 profissionais, desses, apenas 497 permaneceram em exercício, aumentando assim o grande número de exonerações e aposentadorias de peritos médicos do INSS nos últimos anos. Apesar do reforço do quadro de servidores, o movimento grevista que ocorreu no 2º semestre resultou em um elevado represamento de perícias, o que levou o Ministério Público Federal a determinar, por meio de Ação Civil Pública, que o INSS realizasse a contratação temporária de peritos médicos. Essa contratação foi feita para suprir a demanda nas agências com tempo de espera acima de 15 dias para a realização de perícias. Foi promovida a integração dos trabalhos das áreas de Reabilitação Profissional, Perícia Médica e Serviço Social, com



Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

incremento no quadro de servidores com formação em Serviço Social no atendimento das demandas da Reabilitação Profissional. O serviço de Reabilitação Profissional registrou atendimento de 58.354 segurados, elegendo 31.740 para cumprir programa de Reabilitação Profissional e reabilitou 17.561, que representa 55,32% dos segurados eleitos para o programa. Após o encerramento do Censo Previdenciário, em 31/12/2007, realizado pelas instituições financeiras, foram registrados 1.428.730 benefícios que estão pendentes de regularização, sendo que tais informações estão sendo depuradas com a validação em outros bancos de dados governamentais e verificações complementares a serem realizadas pelas Agências da Previdência Social - APS e Dataprev. Foram realizadas ainda 5.832 Pesquisas Externas -PE que resultou na convocação por edital de 755 segurados/beneficiários não localizados; a realização de Censo Previdenciário nas Agências da Previdência Social; a identificação de 12.592 casos para reavaliação pelas APS; e o processamento pela Dataprev de 387 mil casos do acervo de benefícios em crítica de CPF já regularizado. Estas atividades promoveram uma economia mensal estimada de R\$ 147 mil e anual de R\$ 1,8 milhão. Totalizado estoque do exercício em 1.245.772 casos.





AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Educação Previdenciária

Gerente do Programa

Mauro Luciano Hauschild

Objetivo

Informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social, bem como contribuir para a divulgação dos canais de atendimento e a socialização de informações, demonstrando compromisso com a sociedade e com a sustentabilidade do país.

Público-Alvo

População brasileira

Execução do Programa

Quadro Síntese da Execução Financeira

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 2.500.000,00	Empenhado Liquidado: R\$ 1.486.983,42
	Pago Estatais: -
	Total: R\$1.486,42
Previsto não orçamentário: -	Realizado não orçamentário: -

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Fiscais			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias - 2282 (PESSOA TREINADA/UNIDADE)	11.500,00	13.715,00	119,26	650.000,00	266.831,00	41,05
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	750.000,00	514.880,73	68,65
Promoção de Ações de Conscientização e Informação Previdenciária - 2284 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	665.000,00	636.855,00	95,77	1.100.000,00	705.271,69	64,12
Índice médio geral de realização: 107,51						57,94

Metas Financeiras – RAP

Ações(Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário - 2278 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	83.011,95	6.742,25	0,08
(RAP 2009) Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias - 2282 (PESSOA TREINADA/UNIDADE)	-	-	-	69.767,91	60.030,50	0,86
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	675,77	0,00	0,00
(RAP 2009) Promoção de Ações de Conscientização e Informação Previdenciária - 2284 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	-	-	-	46.683,16	29.756,65	0,64
Índice médio geral de realização			-			0,39

Contextualização

A Previdência Social exerce um papel fundamental na manutenção da sustentabilidade social do país. Ela é o seguro do trabalhador brasileiro, garantindo a reposição de renda para o seu sustento e de suas famílias nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, invalidez, acidente e outros. Segundo dados da PNAD em 2005, por exemplo, existiam, no país, 50,1 milhões de pessoas socialmente protegidas com idade entre 16 e 59 anos. Este contingente faz parte de um universo de 78,9 milhões de pessoas que se declaram ocupadas e se encontram na mesma faixa etária, o que significa uma cobertura total de 63,5%. Em outras palavras, de cada dez trabalhadores, cerca de seis estão socialmente protegidos, e quatro estão socialmente desprotegidos.

Para equacionar esse problema a Previdência Social vem realizando ações de sensibilização, conscientização e disseminação de informações à sociedade brasileira, com o intuito de atrair mais trabalhadores para a formalização de inscrição e permanência no Regime Geral de Previdência Social, com vistas ao cumprimento de seu papel e contribuindo para o alcance de um dos objetivos da Seguridade Social, que é a universalidade da cobertura e do atendimento, além de resgatar a credibilidade da Previdência Social, como entidade pública que garante a renda futura do trabalhador por ocasião da aposentadoria ou infortúnio. As ações estão voltadas, em especial, aos empregados sem carteira assinada, trabalhadores domésticos, empregadores, feirantes, artistas, empresários, trabalhadores autônomos, estudantes, donas de casa, índios e todos aqueles que podem ser inscritos na Previdência Social como contribuintes individuais ou facultativos. Buscando atingir todos os segmentos

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

da sociedade, são realizados palestras, seminários, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas, universidades, no campo, nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres, nas estradas e nas exposições de grande porte, entre outros lugares. A Previdência Social é um instrumento de proteção social compromissada com a justiça social e sustentabilidade do país. A sustentabilidade de longo prazo de um sistema previdenciário depende da interação e comprometimento intergeracional, de forma que as novas gerações também desfrutem do amparo securitário, sendo imprescindível o estabelecimento de uma cultura previdenciária para as próximas gerações, afirmando a necessidade de prevenir o futuro da família e de seus integrantes, por meio de ações educativas e continuadas de disseminação, conscientização e divulgação dos direitos e deveres previdenciários e os meios de acesso aos serviços previdenciários.

Principais Resultados Obtidos em 2010

Ação 2282 - foram formadas 13.715 pessoas como disseminadores externos, superando a meta estabelecida (119,26%).

Ação 2284 - foram atendidas cerca de 636.855 pessoas nas ações educativas (95,77%), abaixo da meta, em razão das restrições do período eleitoral que dificultaram a realização das ações.

Obtenção dos Resultados: alcance entre 80% a 100% do esperado.

Justificativa: consideramos que o Programa vem, ano a ano, ampliando a sua atuação junto à sociedade e mantém-se na busca constante de aprimoramento do processo educativo com o objetivo de promover a inclusão previdenciária e social dos trabalhadores. Essa busca constante permitiu o alcance das metas previstas acima de 80%. A conscientização da população sobre a importância da cobertura previdenciária se faz por meio de um processo educativo contínuo, pois a mudança de comportamento acontece gradativamente, à medida que o trabalhador compreende que o estado está pronto a lhe dar assistência quando se fizer necessário. Porém, a garantia da proteção previdenciária para ele e sua família depende de sua atitude em se manter ou buscar sua formalização. Portanto, os resultados são de médio a longo prazo.

Indicador (Unidade de Medida)	Índice de Referência (Linha de base)		Índice Apurado em 2010		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Indicador de Cobertura Social - Percentagem	63,40	31/12/2005	67,00	12/2010	65,33	Alta
Fonte: PNAD/IBGE/Ministério do Planejamento						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa: Em 2010, com base nos dados da PNAD 2009, já superamos o índice de proteção social, em razão das medidas de inclusão previdenciária promovidas pelo Governo Federal nos últimos tempos, como por exemplo: Plano Simplificado, Empreendedor Individual, fortalecimento do trabalho formal.						

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Obtenção dos Resultados:: alcance entre 80% a 100% do previsto

Justificativa: O público-alvo do programa é a população brasileira, em especial na faixa etária de 16 a 59 anos, considerada economicamente ativa. Na estrutura do programa não conseguimos chegar a todos os municípios brasileiros, com isso não conseguimos atender a totalidade da população brasileira. Porém, o público atendido nas ações do Programa, cumpriu as diretrizes traçadas para 2010, cujo foco central foi atender a população sem cobertura previdenciária e a disseminação dos benefícios e serviços à população já coberta pela Previdência Social. O Programa conseguiu chegar até 650.570 pessoas e tínhamos como meta 676.500 pessoas.

Grau de Satisfação do Usuário: Satisfeito

Justificativa: Ação 2284 - ao final das ações o cidadão manifesta satisfação pelas orientações recebidas e reconhecem a importância do trabalho. Esse é um dos fatores de sucesso do Programa. A sociedade reconhece que após a ação educativa, adquire mais conhecimento de seus direitos e deveres.

Mecanismos utilizados e consequências para o aperfeiçoamento do Programa:

Ação 2282 - o instrumento utilizado é a Avaliação de Reação, onde o participante avalia desde o local de realização do evento até o conhecimento dos educadores e o aprendizado adquirido.

Ação 2284 - não é utilizado instrumento formal de avaliação, mas identificamos que será necessário criar um instrumento de avaliação com vista à melhoria contínua do processo educativo.

Mecanismos de Promoção da Participação Social:

Ouvidoria: Por meio da Ouvidoria os segurados podem solicitar palestras, cursos e outras ações do Programa, bem como registrar satisfação ou críticas ao programa.

Reunião com Grupos de Interesse: Toda ação realizada pelo Programa realiza reunião com os grupos de interesse para identificar quais informações o grupo deseja conhecer sobre a Previdência Social.

Discussão em Conselho Setorial: As ações de educação previdenciária são analisadas pelos Conselhos de Previdência Social e pelo próprio Conselho Nacional de Previdência Social.

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Conferências Regionais e Nacionais: Sempre que convidados os educadores participam das discussões de determinados segmentos da sociedade, como por exemplo, comunidade LGBT, Idosos, Deficiente, entre outros.

Previdência Complementar

Gerente do Programa

José Maria Rabelo

Objetivo

Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar fechado visando à formação de poupança estável e a socialização do capital.

Público-Alvo

Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar

Execução do Programa

Quadro Síntese da Execução Financeira

Autorizado (LOA + Créditos): R\$6.242.075,00	Empenhado Liquidado: R\$2.387.042,53
	Pago Estatais: -
	Total: R\$2.387.042,53
Previsto não orçamentário: -	Realizado não orçamentário: -

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Fiscais			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Autorizações e Análises de Estatutos, Regulamentos de Planos e Convênios de Adesão das EFPC - 90C4 (autorização concedida/UNIDADE).	983,00	997,00	101	0,00	0,00	-
Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar - 2286 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	62,00	279,0	450,00	215.353,00	182.370,32	84,68
Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar - 2592 (Plano de benefício fiscalizado/UNIDADE)	67,00	62,00	92,54	3.300.001,00	684.415,06	20,74
Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - 2290 (Reunião realizada /UNIDADE)	30,00	26,00	86,67	212.721,00	121.978,00	57,34
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	2.014.000,00	1.398.279,15	69,43
Publicidade de Utilidade Pública	0,00	0,00	-	500.000,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Fiscais			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
- 4641 (-/-)						
Índice médio geral de realização			182,66			46,44

Metas Financeiras – RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar - 2286 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	203,34	0,00	0,00
(RAP 2009) Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar – 2592 (Plano de benefício fiscalizado/UNIDADE)	-	-	-	8.213,63	0,00	0,00
(RAP 2009) Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – 2290 (Reunião realizada/UNIDADE)	-	-	-	17.237,20	11.187,00	0,65
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	32.552,61	22.198,00	0,68
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 4641(-/-)	-	-	-	500.000,00	488.978,39	0,98
Índice médio geral de realização			-			0,46

Contextualização

Do ponto de vista individual, a previdência complementar oferece um mecanismo adicional de proteção social aos trabalhadores, contribuindo de forma decisiva para o aumento do poder aquisitivo das famílias. Do ponto de vista social, as famílias dotadas de renda adicional fornecida pela previdência complementar dependem menos de auxílio direto do Estado, por meio de programas sociais, permitindo que recursos públicos sejam direcionados para setores da população mais carentes.

Do ponto de vista econômico, é certo que o desenvolvimento econômico passa pelo aumento do investimento. O investimento, por sua vez, só cresce quando há crescimento da poupança. Para não depender exclusivamente da poupança pública, ou da poupança privada estrangeira, é fundamental que o desenvolvimento nacional seja baseado na formação de uma poupança privada nacional que venha a ser direcionada para investimentos produtivos.

O sistema de previdência complementar, no mundo inteiro, é o melhor e maior mecanismo de formação de poupança interna e de longo prazo. A acumulação de poupança de longo prazo amplia a capacidade de investimento do país, contribuindo para o crescimento econômico. No Brasil, a participação dos ativos da previdência complementar fechada em

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

relação ao PIB alcança 18%, ou seja, cerca de R\$ 380 bilhões (dezembro de 2006). O crescimento do segmento de previdência complementar fechada depende de medidas que tragam segurança ao setor, cabendo ao Estado a regulação e a fiscalização no interesse dos participantes, contribuindo para a transparência e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar.

Principais Resultados Obtidos em 2010

A implantação da Previc no ano de 2010, em decorrência da reorganização do Sistema de Previdência Complementar, ocorrida a partir da edição da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, com o fortalecimento da estrutura estatal de supervisão e fiscalização da previdência complementar fechada foi o principal resultado alcançado: A Reestruturação implicou ainda em segregar as competências relacionadas ao Regime de Previdência Complementar (RPC). As atividades de fiscalização, de formulação e acompanhamento de políticas, de regulação, e de instância recursal passaram a ser desempenhadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), pela Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pela Câmara de Recurso de Previdência Complementar (CRPC), respectivamente, vinculados à estrutura do Ministério da Previdência Social.

Obtenção dos Resultados: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

Justificativa: este indicador analisa a taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB, permitindo a verificação da evolução do regime de previdência complementar fechado, bem como possibilitando a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, ainda que de forma relativa, considerando-se que no Brasil a previdência complementar é facultativa e em alguns países é obrigatória. Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão.

Evolução dos Ativos das EFPC e do PIB

Exercício	Resultado do Indicador	Ativos da EFPC (Reais)	PIB a preços correntes (milhões)
2005	14,99	321.834.350.000,00	2.147.239,0000
2006	15,93	377.526.213.326,94	2.369.484,0000
2007	17,20	457.702.963.475,84	2.661.344,0000
2008	14,79	444.494.047.149,99	3.004.881,0500
2009	16,38	514.917.920.000,00	3.143.014,0000
2010	16,35	552.810.120.000,00	3.381.883,0600

Fonte: SIGPLAN, DERIN/SPC e Banco Central do Brasil.

(*). O dado do PIB 2010 é uma estimativa utilizando o PIB 2009 corrigido pela expectativa de crescimento do índice publicada pelo Banco Central do Brasil em seu relatório Focus. O valor dos recursos garantidores de dezembro de 2010 foi obtido por estimativa, considerando o montante apurado dos recursos garantidores de julho de 2010, atualizado e carregado pela taxa SELIC do Banco Central do Brasil até o final do ano.

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Da análise do indicador observa-se a recuperação relativa do indicador nos últimos dois nos. Porém, é importante ressaltar que o crescimento do PIB no ano de 2010, de acordo com estudos do Banco Central, descritos no relatório de inflação de dezembro de 2010, é de 7,3%. Já os ativos das EFPC cresceram, até outubro de 2010, 6,1%. Destarte, o indicador alcançou mais de 90% da meta prevista como índice de referência, que remonta a dezembro de 2002.

Indicador (Unidade de Medida)	Índice de Referência (Linha de Base)		Índice Apurado em 2010		Índice Previsto para o final do PPA(2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - PERCENTAGEM	18,00	31/12/2002	16,35	12/2010	18,00	Muito Baixa

Fonte: SPC/Ministério da Previdência Social e IBGE/Ministério do Planejamento

Medidas corretivas necessárias: Existe uma tendência de melhora do indicador para 2011 diante do cenário de ampliação da rentabilidade dos títulos públicos e com o arrefecimento da economia motivado pela elevação dos índices de inflação. Sob o aspecto das políticas direcionadas ao setor, as ações de fomento atuarão para ampliação da cobertura previdenciária com a correspondente elevação dos ativos.

Justificativa: Os desdobramentos da crise econômica de 2009, que gerou impacto negativo nas economias mundiais no sentido da redução do crescimento que se mantinha elevado nos anos anteriores resultaram num impacto na economia brasileira gerando crescimento negativo da ordem de 0,2% do PIB em 2009, representando o consumo e a evolução de vários setores da economia. Em 2010 houve a retomada do crescimento após medidas econômicas anticíclicas adotadas e que permitiram um crescimento da ordem de 7,5%. O patrimônio das entidades não acompanhou esta evolução em 2010, principalmente porque seus ativos não rentabilizaram na mesma proporção, seguindo padrão internacional do setor dos fundos de pensão. A conjuntura do ano de 2010 foi de redução da taxa de juros e flexibilização monetária, o que impactou a performance da principal modalidade de aplicações das entidades, títulos públicos federais.

Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Obtenção dos Resultados: Não aplicável

Justificativa: A cobertura é garantida pelas numerosas ações adotadas de transparência e diálogo com a o público-alvo, destacando-se a adoção de mecanismos como consultas e audiências públicas, reuniões com associações, sindicatos e outras entidades representativas do segmento e participação em diversos conselhos.

De forma difusa, cabe destacar ainda a implantação de ação específica de Educação Previdenciária que tem por finalidade informar e conscientizar os participantes de planos de benefícios acerca de seus direitos e deveres promovendo a valorização da cidadania; incentivar a inclusão e permanência no sistema de previdência complementar, buscando assim garantir um sistema mais justo e sustentável. E, que permitirá o aumento da percepção do público-alvo sobre a importância do Programa.

O sistema de previdência complementar brasileiro possui atualmente 368 EFPC, 1.072

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

planos previdenciários, 2.728 patrocinadores, 2,74 milhões de participantes e assistidos, com um patrimônio de R\$ 552,9 bilhões.

Satisfação dos Beneficiários

Dificuldades para avaliar a satisfação do Beneficiário: a Previc foi criada em 26 de janeiro de 2010, e não existem ainda mecanismos de avaliação da satisfação dos beneficiários do programa.

Mecanismos de Promoção da Participação Social

Sendo um órgão recém-criado, a Previc centrou suas atividades em dotar o regime de mecanismos de gestão focados na participação social e na transparência de suas ações, destacando-se a adoção de mecanismos como implantação de uma ouvidoria, oitiva do público mediante consultas e audiência públicas, além de reuniões com associações, sindicatos e outras entidades representativas do segmento, e a participação em diversos conselhos, que abrangeriam o espectro do público de interesse.

Previdência Social Básica

Gerente do Programa

Mauro Luciano Hauschild

Objetivo

Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios

Público-Alvo

Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

Execução do Programa

Quadro Síntese da Execução Financeira

Autorizado (LOA + Créditos): R\$249.164.930.307	Empenhado Liquidado: R\$248.423.156.930,67
	Pago Estatais: -
	Total: R\$248.423.156.930,67
Previsto não orçamentário: -	Realizado não orçamentário: -

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Fiscais			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Compensação Previdenciária - 009W (Compensação decidida/MILHAR)	1,00	2.604,90	260.489,70	1.383.429.958,00	1.303.469.943,57	94,22
Defesa Judicial da Previdência	1.200.000,00	1.938.709,00	161,56	26.000.000,00	25.754.676,87	99,06

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Social Básica - 2294 (Peça processual produzida/UNIDADE)						
Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social - 2593 (Unidade em funcionamento/UNIDADE)	1.850,00	1.617,00	87,86	580.000.000,00	509.609.630,18	87,41
Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social - 2015 (RECURSO JULGADO/UNIDADE)	414.830,00	389.236,00	93,83	24.552.262,00	17.518.760,47	71,35
Gestão de Cadastros para a Previdência Social - 2564 (Informação processada/MILHAR)	2.713,00	2.790.640,59	102.861,80	105.044.429,00	78.377.981,81	74,61
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	7.500.000,00	5.129.910,49	68,40
Orientação do Reconhecimento do Direito aos Segurados Referentes aos Benefícios Previdenciários - 2571 (usuário atendido/UNIDADE)	700.000,00	879.031,00	125,58	2.100.000,00	1.823.014,00	86,81
Pagamento de Abono de Permanência em Serviço - 0137 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	1.561,00	436,00	27,93	4.154.505,00	3.279.208,34	78,93
Pagamento de Aposentadorias - Área Rural - 0010 (aposentado beneficiado/UNIDADE)	5.868.320,00	5.954.697,00	101,47	38.376.518.967,00	38.376.518.457,00	100,00
Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana - 0132 (aposentado beneficiado/UNIDADE)	9.564.632,00	9.443.058,00	98,73	118.262.826.970,74	118.541.977.589,00	99,76
Pagamento de Aposentadorias Especiais - 0133 (aposentado beneficiado/UNIDADE)	459.889,00	375.479,00	81,65	7.162.527.210,00	7.162.527.210,00	100,00
Pagamento de Auxílio Doença Previdenciário, Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Urbana - 0136 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE).	2.101.386,00	1.290.821,00	61,43	18.275.386.519,00	18.133.091.075,41	99,22
Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural - 001P (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE).	171.301,00	151.237,00	88,29	1.145.876.619,00	1.127.541.250,17	98,40
Pagamento de Pensões - Área Rural - 001Q (pensionista beneficiado/UNIDADE)	2.209.684,00	2.108.112,00	95,40	13.919.664.621,00	13.919.664.621,00	100,00
Pagamento de Pensões - Área Urbana - 0134 (pensionista beneficiado/UNIDADE)	4.867.291,00	4.652.978,00	95,60	47.668.703.842,00	47.668.702.705,57	100,00
Pagamento de Salário-Família - 0117 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	185.537,00	74.983,00	40,41	48.293.602,00	46.399.623,44	96,08
Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural - 001R (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	18.828,00	43.236,00	229,64	642.130.844,00	629.045.946,22	97,96
Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana - 0141 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	33.507,00	75.353,00	224,89	670.599.340,00	662.109.463,81	98,73
Recadastramento	1.800.000,00	182.958,00	10,16	4.000.000,00	353.933,30	8,85

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Previdenciário - 8440 (Benefício cadastrado/UNIDADE)						
Regularização e Desmobilização de Imóveis do INSS - 8426 (imóvel regularizado/UNIDADE)	500,00	74,00	14,80	600.000,00	423.697,85	70,62
Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários - 2910 (Benefício pago/UNIDADE)	71.202.200,00	108.312,81	0,15	59.400.000,00	24.023.853,76	40,44
Remuneração dos Serviços Postais - 2A57 (Correspondência enviada/UNIDADE)	40.000.000,00	43.288.291,00	108,22	60.500.000,00	41.309.765,80	68,28
Serviço de Perícia Médica - 2578 (Perícia médica realizada/UNIDADE)	10.246.560,00	7.050.716,00	68,81	7.000.000,00	6.390.882,42	91,30
Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - 2292 (Benefício processado /MILHAR)	280.999,00	301.331,98	107,24	404.970.000,00	381.716.088,43	94,26
Serviço de Reabilitação Profissional - 2585 (SEGURADO ATENDIDO/UNIDADE)	43.875,00	17.647,00	40,22	18.700.000,00	10.984.149,89	58,74
Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - 2591 (Processo concluído/UNIDADE)	8.006.117,00	9.436.622,00	117,87	25.300.000,00	24.564.110,13	97,09
Índice médio geral de realização: 14.617,3						83,88

Metas Financeiras – RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	1.185,10	44.252,47	0,03
(RAP 2009) Compensação Previdenciária - 009W (Compensação decidida/MILHAR)	-	-	-	127.945.484,57	127.945.484,57	1,00
(RAP 2009) Defesa Judicial da Previdência Social Básica - 2294 (Peça processual produzida/UNIDADE)	-	-	-	796.290,84	689.386,15	0,87
(RAP 2009) Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social - 2593 (Unidade em funcionamento/UNIDADE)	-	-	-	59.895.982,17	50.630.340,84	0,85
(RAP 2009) Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social - 2593 (Unidade em funcionamento/UNIDADE)	-	-	-	59.895.982,17	50.630.340,84	0,85
(RAP 2009) Gestão de Cadastros para a Previdência Social - 2564 (Informação processada/MILHAR)	-	-	-	8.104.446,56	6.483.497,28	0,80
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	938,71	610,60	0,65
(RAP 2009) Orientação do Reconhecimento do Direito aos Segurados Referentes aos Benefícios Previdenciários - 2571 (usuário atendido/UNIDADE)	-	-	-	83.539,43	32.194,34	0,39

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

(RAP 2009) Pagamento de Abono de Permanência em Serviço - 0137 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	251.396,18	251.396,00	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Aposentadorias - Área Rural - 0010 (aposentado beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	1.982.230.041,82	1.982.229.581,00	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana - 0132 (aposentado beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	6.334.958.250,47	6.334.946.799,19	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Aposentadorias Especiais - 0133 (aposentado beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	405.326.068,93	405.326.066,50	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Auxílio Doença Previdenciário, Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Urbana - 0136 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE).	-	-	-	931.569.710,12	931.562.355,28	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural - 001P (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE).	-	-	-	53.667.282,93	53.667.282,21	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Pensões - Área Rural - 001Q (pensionista beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	708.164.882,32	708.164.487,13	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Pensões - Área Urbana - 0134 (pensionista beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	2.509.795.768,35	2.509.791.353,34	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Salário-Família - 0117 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	2.392.473,84	2.390.228,79	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural - 001R (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	34.930.171,99	34.930.171,99	1,00
(RAP 2009) Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana - 0141 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	29.243.091,25	29.224.643,28	1,00
(RAP 2009) Recadastramento Previdenciário - 8440 (Benefício recadastrado/UNIDADE)	-	-	-	205.103,84	93.196,03	0,45
(RAP 2009) Regularização e Desimobilização de Imóveis do INSS - 8426 (imóvel regularizado/UNIDADE)	-	-	-	11.767,42	0,00	0,00
(RAP 2009) Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários - 2910 (Benefício pago/UNIDADE)	-	-	-	219.421,07	195.630,73	0,89
(RAP 2009) Remuneração dos Serviços Postais - 2A57 (Correspondência enviada/UNIDADE)	-	-	-	4.742.056,64	3.554.516,13	0,75
(RAP 2009) Serviço de Perícia Médica - 2578 (Perícia médica realizada/UNIDADE)	-	-	-	68.899,02	26.575,27	0,39
(RAP 2009) Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - 2292 (Benefício processado /MILHAR)	-	-	-	36.362.504,56	35.457.207,90	0,98
(RAP 2009) Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia - 2583 (-/-)	-	-	-	41.326,46	0,00	0,00
(RAP 2009) Serviço de Reabilitação Profissional - 2585 (SEGURADO)	-	-	-	4.066.635,65	3.647.043,78	0,90

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

ATENDIDO/UNIDADE)						
(RAP 2009) Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - 2591 (Processo concluído/UNIDADE)	-	-	-	228.783,58	101.826,34	0,45
Índice médio geral de realização			-			0,76

Contextualização

A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, maternidade, idade avançada, tempo de contribuição, reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, além do salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda. Associado ao benefício pecuniário, a Previdência garante aos segurados incapacitados o acesso ao Programa de Reabilitação Profissional, que oferece aos mesmos meios indicados para promover o reingresso ao trabalho. Para garantir o acesso do cidadão aos direitos previdenciários previstos em Lei, a Previdência Social mantém uma rede de atendimento em grande parte dos Municípios, onde o pagamento de benefícios previdenciários representa uma parcela considerável da economia local.

Principais Resultados obtidos em 2010

- 1 - Foram concluídos 8.020.111 de processos de benefícios.
- 2 - Atingiu-se o número de 24,8 milhões de benefícios previdenciários em manutenção, pagos mensalmente, em dia. Foram concedidos 4.686.699 benefícios previdenciários e acidentários.
- 3 - Em decorrência do monitoramento de benefícios em manutenção, foram retornados aos cofres públicos o valor de R\$ 272.637.156,54, resultantes da apuração de créditos relativos a benefícios considerados irregulares ou que sofreram redução de renda.
- 4 - Foram realizadas compensações financeiras entre o Regime Geral de Previdência Social RGPS e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), correspondentes ao valor anual de 1,4 bilhões de reais.

Obtenção dos Resultados: alcance entre 80% a 100% do esperado.

Justificativa: As metas foram superadas em grande parte das Ações do Programa, ainda que, em algumas, não se tenha verificado o mesmo resultado. Dificuldades orçamentárias em algumas Ações chegaram a causar impactos, sem, contudo, comprometer os resultados esperados no exercício. Entretanto, foram enfrentados impedimentos em razão da insuficiência de recursos humanos, como na reabilitação profissional.

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Indicador (Unidade de Medida)	Índice de referência (linha de base)		Índice apurado em 2010		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência - percentual	74,77	31/12/2006	89,41	12/2010	77,50	Alta
Fonte: INSS/Ministério da Previdência Social						
Medidas corretivas necessárias: Não há necessidade de medidas corretivas.						
Justificativa: O acesso da população aos canais remotos de atendimento e a adoção de ações que facilitam o acesso ao direito tem permitido o atendimento a toda a demanda dessa clientela que busca o seu direito junto à Previdência Social.						
Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho - percentual	65,00	31/12/2006	55,32	12/2010	70,00	Média
Fonte: INSS/Ministério da Previdência Social						
Medidas corretivas necessárias: Aumento do número de servidores para recompor as equipes de Reabilitação Profissional nas Gerências-Executivas e APS onde o serviço é oferecido.						
Capacitação dos servidores da Reabilitação Profissional: em procedimentos de gestão, para os Representantes e Responsáveis Técnicos; rotinas e processos de trabalho da Reabilitação Profissional, para toda a equipe de Orientação Profissional; investigação de Mercado de Trabalho, para toda a equipe de acompanhamento profissional, para identificar o perfil do mercado de trabalho e propiciar a melhor reinserção do segurado; elaboração de Termo de Referência e Plano de Trabalho, para formalizar processos de licitação para aquisição de cursos profissionalizantes, órteses, próteses e outros.						
Promover a integração e agilização das áreas de Logística e Procuradoria que atuam nos processos de licitação para aquisição de órtese, prótese, cursos profissionalizantes, implementos e instrumentos de trabalho.						
Justificativa: Fatores que dificultaram o atingimento da meta prevista:						
- a greve da perícia médica, ocorrida de junho a setembro de 2010, dificultou os agendamentos de atendimento para avaliação conjunta de Reabilitação Profissional, que é feita pelo perito médico e o responsável pela orientação profissional;						
- equipe reduzida face à demanda para atendimento de segurados no serviço de RP;						
- interdependência da Reabilitação Profissional com as áreas de Logística e Procuradoria Federal Especializada, que retardam a finalização dos processos de aquisição de órteses/próteses e cursos profissionalizantes, aumentando o tempo de permanência dos segurados em programa de Reabilitação Profissional.						
Taxa de Solução de Demandas - percentual	71,57	31/12/2006	96,16	12/2010	77,00	Alta
Fonte: INSS/Ministério da Previdência Social						
Medidas corretivas necessárias: Não há necessidade de medidas corretivas.						
Justificativa: As ações adotadas no ano de 2010, aliadas às demais medidas incluídas no Plano de Ação do INSS para o exercício, permitiu o alcance de resultados positivos e possibilitou que fosse superada a meta estabelecida.						
Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social - percentual	69,85	31/12/2006	76,00	12/2010	85,00	Média
Fonte: CRPS/Ministério da Previdência Social						
Medidas corretivas necessárias: Gestões junto às Unidades demandantes para o envio dos processos às respectivas às Juntas de Recursos.						
Justificativa: Tal como ocorreu no exercício anterior, a insuficiência de servidores médicos peritos para atender à demanda de processos impediu o alcance da meta, situação agravada pela greve desses profissionais. Foi verificado, ainda, que algumas Juntas deixaram de receber o volume de processos que lhe seriam destinados, o que levou à necessidade de remanejamento de processos entre as Juntas, resultando em morosidade na resolutividade desses processos.						

Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Obtenção dos Resultados: alcance entre 80% a 100% do previsto.

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Justificativa: Apesar da existência de processos pendentes de solução, não há comprometimento do alcance dos objetivos do Programa, que foram plenamente atingidos.

Dificuldades para avaliar a satisfação do beneficiário: Não é utilizado nenhum mecanismo para a avaliação do beneficiário. Contudo, o acompanhamento dos indicadores e de demandas oriundas da Ouvidoria-Geral/MPS, bem como de órgãos como os Conselhos de Previdência Social permitem o controle e avaliação.

Mecanismos de promoção da participação social:

Ouvidoria: A Ouvidoria-Geral é o canal aberto com o cidadão para se comunicar com a Previdência Social, por meio do qual faz sugestões, questionamentos, críticas e reclamações.

Consulta Pública: Os temas considerados relevantes para a realização das atividades necessárias ao esclarecimento dos segurados são apreciados por meio de consulta pública.

Reunião com grupos de interesse: São realizadas reuniões com entidades de segurados da Previdência Social, tanto da área urbana quanto rural, com o intuito de avaliar os serviços prestados e a implementação das políticas estabelecidas para o reconhecimento dos direitos previdenciários.

Discussão em conselho setorial: O Conselho Nacional de Previdência Social e os Conselhos de Previdência Social nos estados possibilitam a participação da sociedade civil nas discussões relativas aos temas previdenciários, em articulação com os representantes do governo federal. Os Conselhos sintetizam a posição da sociedade em relação ao funcionamento do INSS e aos serviços prestados.

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Qualidade dos Serviços Previdenciários

Gerente do Programa

Mauro Luciano Hauschild

Objetivo

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.

Público-Alvo

Cidadãos-usuários do Regime Geral de Previdência Social

Execução do Programa

Quadro síntese da execução financeira

Autorizado (LOA + Créditos): R\$320.307.731,00	Empenhado Liquidado: R\$151.463.696,71
	Pago Estatais: -
	Total: R\$151.463.696,71
Previsto não orçamentário: -	Realizado não orçamentário: -

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Fiscais			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - 2562 (AUDITORIA REALIZADA/UNIDADE).	1.532,00	1.566,00	102,22	15.000.000,00	11.368.578,60	75,79
Gestão da Melhoria Contínua - 2563 (UNIDADE AVALIADA/UNIDADE)	1.200,00	1.200,00	100,00	7.000.000,00	6.010.696,81	85,87
Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital - 10FH (Centro de documentação implantado/UNIDADE)	30,00	15,00	50,00	3.400.000,00	423.956,34	12,47
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	2.500.000,00	2.230.253,48	89,21
Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - 116V (Unidade instalada/UNIDADE)	91,00	5,00	5,49	65.748.000,00	18.930.126,52	28,79
Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento - 3896 (Ambiente tecnológico modernizado/% de execução física)	18,00	17,68	98,22	60.886.057,00	5.159.330,91	8,47

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Previdência Eletrônica - 4405 (Serviço previdenciário eletrônico provido/UNIDADE)	150.000.000,00	128.668.290,00	85,78	117.688.074,00	89.285.594,44	75,87
Reformas e adaptações das unidades do INSS. - 8869 (Unidade de atendimento reformada/UNIDADE)	30,00	48,00	160,00	44.000.000,00	14.523.582,98	33,01
Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social - 2587 (usuário atendido/UNIDADE)	226.000,00	199.847,00	88,43	4.085.600,00	3.531.576,63	86,44
Índice médio geral de realização: 86,27						55,10

Metas Financeiras – RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - 2562 (AUDITORIA REALIZADA/UNIDADE).	-	-	-	21.515,50	1.246,57	0,06
(RAP 2009) Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários - 2563 (UNIDADE AVALIADA/UNIDADE)	-	-	-	45.558,08	5.666,01	0,12
(RAP 2009) Gestão da Melhoria Contínua Organizacional - PGA - 2D15 (unidade de atendimento implantada/UNIDADE)	-	-	-	38.952,52	5.549,76	0,14
(RAP 2009) Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital - 10FH (Centro de documentação implantado/UNIDADE)	-	-	-	249.558,84	227.513,85	0,91
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	652,66	466,85	0,72
(RAP 2009) Instalação de Agência da Previdência Social - APS - 11U5 (-/-)	-	-	-	1.449.649,00	250.254,06	0,17
(RAP 2009) Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - 116V (Unidade instalada/UNIDADE)	-	-	-	314.461.135	218.079.279	0,69
(RAP 2009) Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento - 3896 (Ambiente tecnológico modernizado/% de execução física)	-	-	-	47.260.101,35	46.138.946,90	0,98
(RAP 2009) Previdência Eletrônica - 4405 (Serviço previdenciário eletrônico provido/UNIDADE)	-	-	-	8.096.952,64	5.380.515,73	0,66
(RAP 2009) Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS - 114M (Prédio reformado /% de execução física).	-	-	-	21.861.534,41	21.637.986,67	0,99
(RAP 2009) Reformas e	-	-	-	66.120.136,85	44.312.337,35	0,67

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Adaptações das Unidades do INSS - 8869 (Unidade de atendimento reformada/UNIDADE)						
(RAP 2009) Reformulação das Unidades de Atendimento da Previdência Social - 5509 (Unidade de atendimento reformulada/UNIDADE)	-	-	-	12.274.663,91	7.201.926,46	0,59
(RAP 2009) Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social - 2587 (usuário atendido/UNIDADE)				405.895,27	306.975,38	0,76
Índice médio geral de realização			-			0,57

Contextualização

O serviço público deve ser prestado o mais próximo dos anseios da sociedade, sendo assim, faz-se necessária uma interação permanente entre ente público e sociedade para adequar o atendimento às expectativas dos usuários. A qualidade do atendimento, que vem sendo amplamente demanda pela sociedade, é meta de trabalho da Previdência Social. O processo de humanização é um caminho sem retrocesso. Profissionalizar o atendente, não só garante segurança na sua decisão, como também agilidade e controle dos prazos estabelecidos para resposta ao segurado, seja ela atendendo ao deferimento ou indeferimento. As ações propostas neste Programa vão ao encontro desse desafio. É sabido que a solução de todos os problemas de atendimento não é imediata, mas tão importante quanto o empreendimento de novas ações e projetos para esse fim é a manutenção das experiências exitosas já conquistadas.

É necessário que se faça um constante investimento nos processos institucionais e na busca da excelência da gestão previdenciária pautada na ética, transparência, participação, descentralização, controle social e orientação para os cidadãos. Tais investimentos visam, através de estudos que enfoquem a tecnologia da informação, a reestruturação de processos, a política de desenvolvimento de pessoal, o controle interno e o mapeamento dos custos operacionais, tornar ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais nas áreas de receitas previdenciárias, benefícios, auditoria, recursos humanos, logística e orçamento e finanças.

Principais Resultados Obtidos em 2010

1 - A importância deste Programa deve-se à abrangência de suas ações e ao impacto que apresentam para a sociedade. Suas ações garantiram em 2010 a qualidade dos serviços prestados a 47 milhões de forma presencial, 67 milhões pela Central de Tele atendimento 135 e dos 61 milhões de acessos ao sítio da Previdência na internet (www.previdencia.gov.br).

2 - Em 2010, foram efetuados constantes investimentos nos processos institucionais de

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

gestão do atendimento, os quais premiaram a busca pela excelência na interação Sociedade / Instituto, norteando-se principalmente pela desburocratização e a agilização do processo de reconhecimento de direitos ao recebimento de benefícios pagos pela Previdência Social e Assistência Social. Foram intensificadas as medidas de melhoria da gestão interna, por meio de nova capacitação de 1.200 Gerentes de Agências, e da ampliação do uso das informações contidas na Sala de Monitoramento ("www-sala" na intranet institucional) como ferramenta imprescindível na gestão das unidades.

3 - O INSS deu prosseguimento à expansão de sua rede de atendimento, com a celebração de novos convênios com Prefeituras e inauguração de novas unidades de atendimento, integrantes do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS - PEX. Além da criação das novas agências, algumas unidades passaram por amplo processo de recuperação. O objetivo é proporcionar maior conforto e segurança ao segurados e servidores, bem como garantir celeridade no atendimento e na análise para concessão e manutenção dos benefícios previdenciários. Em 2010, foram instaladas 04 unidades PREVCidade e 55 Agências da Previdência Social, e há 274 obras do PEX em andamento.

4 - Foi dada continuidade ao processo de atualização do parque de equipamentos, bem como à melhoria das redes locais de dados, evolução dos projetos de sistemas de benefícios e cadastro, e migração dos sistemas baseados em tecnologia Unisys. Foram adquiridos 29 mil equipamentos, entre servidores, microcomputadores, monitores, scanners, impressoras, switches, nobreaks e outros.

5 - Foram concluídas as obras recuperação, reforma e modernização do Edifício-Sede do INSS, e a Administração Central do INSS pode retornar à sua sede própria.

Obtenção dos Resultados: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

Justificativa: Algumas ações tiveram um desempenho acima da meta estipulada, enquanto outras tiveram resultado abaixo da meta. A execução financeira ficou em 47,3%, sendo que, algumas ações, sobretudo as ações Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - 116V, Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS - 114M, Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - 8869 e Reformulação das Unidades de Atendimento da Previdência Social - 5509, que tratam de obras de engenharia, utilizaram recursos financeiros de Restos a Pagar do ano de 2010.

Indicador (Unidade de Medida)	Índice De Referência (Linha De Base)		Índice Apurado Em 2010		Índice Previsto Para O Final Do PPA(2011)	Possibilidade De Alcance Do Índice Previsto Para 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
TMEA - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado - dias	37,00	31/01/2009	15,00	01/2011	28,00	Alta

Fonte: SIAE

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa:

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

TMC - Tempo Médio de Concessão - Dia	32,00	30/04/2007	25,00	01/2011	15,00	Média
Fonte: INSS/MPS						
Medidas corretivas necessárias: Investimento em desenvolvimento de novos sistemas e na depuração das informações cadastrais, de vínculos e remunerações, que permitam o reconhecimento automático do direito e a resolubilidade imediata do requerimento.						
Justificativa: A ação de baixar o TMC concorre com a ação de desrepresamentos de benefícios, e as duas são inversamente proporcionais. Em 2010, houve uma redução de 44,4% na quantidade de benefícios requeridos há mais de 75 dias. Assim, apesar dos esforços empenhados, o resultado ficou estável durante o ano, oscilando entre 23 e 25 dias.						
Pesquisa de Satisfação do Usuário - Nota média 1/10	7,57	31/12/2006	9,00	02/2011	9,00	Alta
Fonte: INSS/Ministério da Previdência Social						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa: O bom resultado alcançado é decorrente das ações em andamento que visam à melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, seja por meio da ampliação da rede, das reformas nas Agências ou do aperfeiçoamento dos sistemas.						
TME - Tempo Médio de Espera - MINUTO	50,00	30/04/2007	35,23	01/2011	10,00	Muito Baixa
Fonte: SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento						
Medidas corretivas necessárias: Investimento em desenvolvimento de novos sistemas e na depuração das informações cadastrais, de vínculos e remunerações, que permitam o reconhecimento automático do direito e a resolubilidade imediata do requerimento.						
Justificativa: O resultado do índice em 2010 foi de 35:23 minutos, sendo que o valor previsto para o ano era de 15 minutos. A meta estipulada não foi alcançada, tendo em vista a ocorrência de constante lentidão e instabilidade dos sistemas corporativos, e a necessidade de correção/complementação das informações cadastrais e de vínculos e remunerações para o reconhecimento do direito do cidadão, que prejudicaram a resolubilidade imediata do requerimento, causando demora no atendimento. Além disso, vale ressaltar que nas unidades nas quais os benefícios rurais são a maioria, a espera é maior devido à concentração de pessoas chegando num mesmo horário.						

Cobertura do Público Alvo

Obtenção dos Resultados: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

Justificativa: A ampliação do atendimento programado, o aumento do uso dos canais remotos de atendimento (Internet e Central 135), a ampliação da rede de atendimento com a inauguração de novas unidades e a realização de novos convênios PREVCidade foram medidas que garantiram o acesso da população aos serviços prestados pela Previdência Social (alcance de 100% do público alvo).

Satisfação dos Beneficiários

Grau de Satisfação do Usuário: Muito Satisfeito

O índice alcançado na Pesquisa de Opinião dos Usuários da Previdência Social alcançou a nota 9,0. O bom resultado alcançado é decorrente das ações em andamento que visam à melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, seja por meio da ampliação da rede, das reformas nas Agências ou do aperfeiçoamento dos sistemas.

As respostas servirão de subsídio importante no planejamento de novas políticas de melhoria do atendimento.

Mecanismos Utilizados E Conseqüências para o Aperfeiçoamento do Programa: A Pesquisa de Opinião do INSS contou com aproximadamente 22 mil entrevistas com pessoas que requereram ou tiveram seus benefícios concedidos/indeferidos no período de abril a

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

novembro de 2010.

O questionário utilizado foi composto de 33 questões sobre os aspectos do atendimento da Previdência via Internet, Central 135 e as Agências de Atendimento.

Mecanismos de Promoção da Participação Social:

Ouvidoria: Por meio da Ouvidoria Geral da Previdência Social, o cidadão pode entrar em contato com a Previdência e fazer seu elogio, sugestão ou reclamação.

Reuniões: Reuniões do Conselho Nacional de Previdência Social no Ministério da Previdência Social, que tem representantes da sociedade (empregados e empregadores).

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Gerente do Programa

Leonardo José Rolim Guimarães

Objetivo

Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Público-Alvo

Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Execução do Programa

Quadro Síntese da Execução Financeira

Autorizado (LOA + Créditos): R\$17.194.093,00	Empenhado Liquidado: R\$9.121.070,90
	Pago Estatais: -
	Total: R\$9.121.070,90
Previsto não orçamentário: -	Realizado não orçamentário: -

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Fiscais			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência - 2274 (Assistência técnica realizada/UNIDADE)	38,00	37,00	97,37	9.184.120,00	7.474.309,92	81,38
Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos - 2276 (Regime previdenciário auditado/UNIDADE)	225,00	406,00	180,44	1.800.000,00	1.614.314,64	89,68
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	6.209.973,00	32.446,34	0,52
Índice médio geral de realização: 138,91						57,20

Metas Financeiras – RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência - 2274 (Assistência técnica realizada/UNIDADE)	-	-	-	347.036,94	57.912,36	0,17
(RAP 2009) Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos - 2276 (Regime previdenciário auditado/UNIDADE)	-	-	-	43.108,35	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,08

Contextualização

O controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos tem sido prioridade na agenda política dos governantes brasileiros especialmente em razão do desequilíbrio estrutural que vem causando nas contas públicas. Os gastos com a manutenção dos benefícios previdenciários dos servidores públicos vinculados a Regimes Próprios, via de regra, tem significativos pesos nos orçamentos públicos dos entes federativos, implicando negativamente na sustentabilidade do próprio sistema, além do comprometimento da possibilidade de alocação de recursos para o suprimento de demandas sociais. As sucessivas reformas promovidas no sistema previdenciário, cujo resultado vem promovendo o alinhamento das regras dos Regimes Próprios com as do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), têm o condão primordial de se buscar a obtenção do equilíbrio das contas que exigiam, a cada dia, aportes crescentes de recursos dos orçamentos dos entes federativos.

A reforma da Previdência dos servidores públicos, expressa na Emenda Constitucional nº 20 e disciplinada pela Lei nº 9717/98, só pode ser devidamente compreendida em decorrência de uma profunda crise fiscal que se apoderou do país, e que a partir de 1998 acelerou o processo de ajuste das contas públicas, fazendo do controle dos sistemas previdenciários dos servidores públicos da União, dos Estados, dos Municípios, e do Distrito Federal um dos principais instrumentos para o pretendido ajuste fiscal. Várias disfunções apontam para a situação, como a profusão de Regimes Previdenciários no âmbito dos Estados e Municípios, de forma não transparentes e desprovidos de rigor técnico, criando facilidades para fraudes, incentivando a prática de concessão de aposentadorias generosas, bem como, desviando recursos para atividades não previdenciárias, dentre outras.

Dessa forma, a Emenda Constitucional n.º 20 de 15 de dezembro de 1998 foi um dos passos iniciais para se tentar controlar o desequilíbrio das contas Previdenciárias, incorporando à Constituição linhas gerais de um novo modelo de caráter contributivo, onde benefício e contribuição deveriam estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Todavia, as reformas introduzidas em 1998 modificaram a trajetória de crescimento da necessidade de financiamento, mas não foram suficientes para reduzi-la a patamares toleráveis. Assim, em 2003, a discussão da reforma da Previdência entrou como prioridade na agenda política do novo governo.

Relatório Anual de Avaliação

Ano Base 2010

A Emenda Constitucional n.º 41 de 19/12/2003 e 47 de 05/07/2005 instituíram modificações na Previdência dos Servidores Públicos tanto na forma de financiamento como no plano de benefícios. As mudanças afetaram, basicamente, os seguintes aspectos do plano de benefícios: a fórmula de cálculo, as regras de elegibilidade e a indexação dos benefícios, além de introduzir a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas. Desde 1998, com a EC nº 20, novas exigências foram incluídas buscando a regularidade dos Regimes Próprios de Previdência Social, com destaque para observância do equilíbrio financeiro e atuarial, o que representou um incremento considerável no aporte de recursos para os regimes próprios com o objetivo de garantir a sustentabilidade desses regimes a médio e longo prazo, especialmente pela atuação do Ministério da Previdência Social no acompanhamento, orientação e supervisão desses regimes, cujos programas de apoio à reforma da previdência de estados e municípios levou à necessidade de direcionamento de esforços para a realização de ações diretas e indiretas de fiscalização dos regimes próprios e representam um grande esforço no sentido de promover o equilíbrio financeiro e atuarial a esses sistemas de previdência.

Indicador (Unidade de Medida)	Índice de Referência (Linha de Base)		Índice Apurado em 2010		Índice Previsto Para o Final do PPA (2011)	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto para 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência - PERCENTAGEM	4,50	12/01/2003	2,50	12/2010	2,40	Alta

Fonte: Demonstrativos Previdenciários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Dificuldades Para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: As dificuldades para a avaliação da satisfação dos beneficiários do programa decorrem básica e fundamentalmente da dispersão geográfica, que dificulta o estabelecimento de canais de comunicações permanentes ou pontuais. O caminho adequado para medir o grau de satisfação ou não dos beneficiários passa pela elaboração de pesquisa, disponibilizada no site do MPS, replicada nos sites dos órgãos gestores de RPPS, podendo ser viabilizado a partir de tratativas conduzidas no âmbito do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV.

Mecanismos de Promoção da Participação Social

Reunião Com Grupos de Interesse: No decorrer do Programa, incluso 2010, foram realizadas diversas reuniões com dirigentes e servidores de órgãos gestores de RPPS, de Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Assembléias Legislativas, Tribunais de Contas e de poderes executivos.

Os Auditores Fiscais e os técnicos da SPPS disseminaram conhecimento aos dirigentes e servidores do segmento previdenciário dos regimes próprios, alcançando em consequência os seus beneficiários, mediante: palestras, cursos, capacitações, seminários, congressos e outros.